

REDES CLIENTELARES NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA: A RIBEIRA DAS PIRANHAS E PIANCÓ NA DÉCADA DE 1730

Yan Bezerra de Morais¹
Orientador: Rodrigo Ceballos²

RESUMO

Este trabalho apresenta os primeiros resultados obtidos na pesquisa em curso de projeto de Iniciação Científica (PIBIC/UFCEG/CNPq) em que trata sobre as redes de privilégio no Alto Sertão da Paraíba circunscritas no século XVIII. A região dos sertões das Piranhas e Piancó no período abordado viveu em intenso processo de mudanças políticas e econômicas, uma vez que em menos de um século ela passou de um simples arraial, ponto estratégico militar para colonização portuguesa com poucos habitantes e sem corpo administrativo, e chegou ao posto de Vila de Pombal, quando passou a ter uma Câmara e um aumento de população e fluxos comerciais. Todo este processo é permeado pelas relações de privilégios existentes tanto entre os seus habitantes, quanto destes com oficiais régios do governo lusitano. A partir dessas conexões, o objetivo da pesquisa é evidenciar a dinâmica dessas redes de clientela e, assim, mostrar que mesmo com uma política mais centralizadora sendo implantada pela Coroa durante o século XVIII, existia uma lógica interna própria, que conectava juízes, coronéis, capitães, clérigos, comerciantes, e outros agentes colonizadores da época que buscavam privilégios econômicos e/ou políticos, como foi encontrado na década de 1730 com o decorrer da pesquisa.

Palavras-chave: Brasil Colônia (século XVIII); Alto Sertão da Paraíba; Redes de Privilégio;

ABSTRACT

This study presents the first results obtained in ongoing research of the Scientific Initiation Project (PIBIC / UFCEG / CNPq) that deals with the privilege networks in the Paraíba's *Alto Sertão* circumscribed in the eighteenth century. The region of the backlands of *Piranhas* and *Piancó* in the addressed period lived in intense process of political and economic changes, since in less than a century it has gone from a simple *Arraial* (camp), military strategic point for Portuguese colonization with few inhabitants and no administrative body, and came to the station of Pombal's Village, when it started having a Chamber and an increase in population and trade. This whole process is permeated by the existing of privilege relations among its inhabitants, as these with royal officials of the Portuguese government. From these connections, the objective of the research is to show the dynamics of these networks, and thus, show that even with a more centralized policy being implemented by the Crown during the eighteenth century, there was its own internal logic, which connected judges, colonels, captains, clergymen, merchants, and other colonizers agents who sought for economic and/or political privileges, as was found in the 1730s in the course of this research.

Key-words: Colonial Brazil (XVIII century); Paraíba's *Alto Sertão*; Privilege Networks.

Qual a dinâmica administrativa, política e econômica da primeira região a ser habitada e explorada quando falamos do interior da Paraíba no período colonial brasileiro? É

¹ Estudante, bolsista PIBIC do CNPq, Licenciatura Plena em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. <yanbmorais@hotmail.com>.

² Professor, Doutor, Licenciatura Plena em História, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. <rcovruski@yahoo.com.br>.

praticamente esta pergunta, e outras consequentes, que procuramos responder através da pesquisa intitulada “Redes de Privilégios do Alto Sertão: sociedade e administração nas Ribeiras do Piancó e Piranhas (c. 1750 - c. 1800)”, que faz parte de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFPG/CNPq), sob orientação do Professor Doutor Rodrigo Ceballos. Este artigo busca apresentar os estudos realizados nos três primeiros meses de pesquisa.

A PESQUISA

Ultimamente, uma grande gama de discussões entre historiadores gira em torno da centralização do poder que buscou a Coroa portuguesa no século XVIII e até que ponto essa centralização de fato obteve resultados na colônia mais importante do seu Império Ultramarino na época: o Brasil. Partimos do pressuposto que as autonomias políticas e econômicas podem não ter sofrido grandes impactos em certas regiões, principalmente no Alto Sertão da capitania da Paraíba, nas Ribeiras dos rios Piancó e Piranhas, onde hoje está localizada a cidade de Pombal, uma vez que, embora inserida em um contexto geral de consolidação colonial através do fortalecimento do poder da Metrópole, fugia das fiscalizações por não ser uma localização de grande importância para o Rei, como será discutido mais à frente.

Para pensarmos sobre esta hipótese, trabalhamos com documentações existentes no Cartório João Queiroga, localizado em Pombal, que foram digitalizadas em projetos anteriores financiados também pelo CNPq. Estes documentos vêm sendo transcritos pelos projetos PIBIC e PIVIC coordenados pelo Prof. Rodrigo Ceballos.

Também pretendemos inserir em nossas análises a documentação fornecida pelo Projeto Resgate, que disponibilizou grande corpo documental existente na Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino, localizado em Lisboa, para termos uma visão mais ampla da relação entre os agentes históricos do Alto Sertão da Paraíba colonial e a Coroa portuguesa.

Portanto, nosso objetivo é analisar as redes de favorecimento, ou a política do bem comum e suas formas sociais em prática existentes no Julgado do Piancó no século XVIII, em momento de mudança na forma de governar do Real governo português.

CONJUNTURA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS EM FINS DO SÉCULO XVII E SÉCULO XVIII

O período entre a última metade do século XVII e primeira metade do século XVIII é para Portugal um momento de recuperação da crise que passa após a chamada União Ibérica que durou sessenta anos (1580-1640) e trouxe um saldo negativo para Portugal. É neste momento de reerguimento que a Coroa decide pela expulsão dos holandeses que invadiram a Bahia de 1624 até 1625, assim como Pernambuco em 1630 e mantiveram-se até 1654. A população está de novo aumentando e as taxas de mortalidade baixando, assim como novos sistemas financeiros mais eficientes estão surgindo, através de um contexto intelectual em ascensão (Iluminismo). Portugal se volta novamente às suas colônias, que seriam seu ponto de apoio para o reerguimento do grande Império Ultramarino português (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

O Brasil seria, na Restauração, a peça chave, pois os novos achados de minerais como prata e principalmente ouro no fim do século XVII, garantiam rendimentos ao Estado, movimentação portuária e permitia uma estabilização monetária em Portugal. Todo esse processo é acompanhado pela racionalização dos recursos, aperfeiçoamento da máquina burocrática e centralização do poder que tem início com Dom João V, mas chegará ao seu auge com Dom José I e seu ministro Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

Devido à utilidade do ouro naquele momento, o investimento no Brasil tornou-se maior e buscou-se uma consolidação colonial para evitar novas perdas, fossem para invasores estrangeiros, fossem para as populações autóctones. Com o aumento da população, e o direcionamento desta ao centro geográfico do Brasil (região das Minas), iniciou-se um processo de criação de novos caminhos entre as áreas de abastecimento e esse novo centro (geográfico), que podiam ser via terra (caminhos) ou via rios (monções). Com essa crescente interiorização, houve também a criação de arraiais e vilas, urbanizando mais a vida colonial brasileira (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

A mineração mudou o panorama colonial do século XVIII ao integrar uma nova região que se tornou central em relação às outras regiões da colônia. Salienta-se também uma perda de importância da região Nordeste neste momento em que ocorre um equilíbrio entre as regiões, já que a maior produção de açúcar que era feita nas Capitanias do Norte, como a Bahia e Pernambuco, agora são feitas também em outras regiões. Além disso, a produção de

couro no Rio de Janeiro e na Colônia do Sacramento, e a própria escassez da madeira da Mata Atlântica contribuíram para as mudanças e também reforçaram a necessidade de criação de caminhos para interligação dessas novas fontes de abastecimento da colônia com a região das Minas (WEHLING A.; WEHLING, M. J. C. M, 1994).

É nesse contexto de criação de novos caminhos rumo ao interior que teremos na Paraíba, em fins do século XVII, as primeiras expedições em busca da conquista e ocupação dessa região. Em meados do século, os holandeses já haviam sido expulsos do litoral e a região interiorana já havia sido desbravada pelos membros da Casa da Torre, - o maior morgado da região Nordeste, localizado na Bahia - mas nunca se tinha fixado população na região, sendo um dos motivos o grande número de populações indígenas.

Com apoio do Governador Geral do Brasil, João de Lencastre, e do Governador da Capitania da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, a família Oliveira Ledo, aliada à família D'Ávila da Casa da Torre da Bahia, foi a primeira a realmente conquistar os sertões, mantendo a posse da região para a Casa da Torre, e tornando-se a principal família dos sertões da Paraíba. Formaram, em 1697, o Arraial de Piranhas ou Arraial do Piancó, e mais tarde, Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (SEIXAS, 2004), recorte espacial desta pesquisa.

A principal função do Arraial do Piancó naquele momento era de ser uma base militar e um local onde pudessem ser criados os currais de gado vacum e cavalari. Este arraial passa a ser chamado de Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó ao contar com o crescimento populacional na virada para o século XVIII, e abrangia uma extensa região que hoje abrange parte dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e a própria Paraíba (SEIXAS, 2004). Assim como o próprio ato de povoar, a pecuária também era um dos objetivos da época pelo fato de ser ela a responsável pelo avanço da conquista rumo ao interior, alargando a zona de criação, que devia manter distância do litoral, zona de produção açucareira (SARMENTO, 2007).

Frente a isso, a terra era um bem valioso à época, e o sistema de distribuição era através das sesmarias, grandes extensões de terras arrendadas a seu dono. Na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, a maior detentora e arrendadora de sesmarias era a Casa da Torre da Bahia, com a família dos D'Ávila. Nos pedidos de sesmarias era comum usar a justificativa do merecimento pelos feitos pessoais e/ou familiares. A família Oliveira Ledo, por exemplo, ao realizar as petições, se definia como os “conquistadores das terras” e

assim conseguiam terras, prestígio local e inclusive o cargo de capitão-mor³ das Piranhas e Piancó. Além disso, por serem originais da Bahia, os Oliveira Ledo tinham uma estreita relação com o poder central da Colônia, logo, os membros da família Oliveira Ledo eram o “elo” entre os sertões da Paraíba e o Governo Geral do Brasil (COSTA, 2010).

Assim começa-se a ter uma delimitação da dinâmica político-econômica existente no Império Ultramarino também no sertão da Paraíba: um sistema de privilégios.

A partir da análise da historiografia local e das fontes documentais levantadas para esta pesquisa, localizamos diversas referências aos Oliveira Ledo. O tronco principal contava com três irmãos: Pascácio, Antonio e Custódio, e a partir deles, os Oliveira Ledo se tornam grandes nomes de influência no sertão paraibano setecentista, sendo Antonio de Oliveira Ledo, o capitão-mor responsável pela conquista da região. Mas, como o objetivo deste trabalho não é trabalhar unicamente com esta família, nosso foco recai sobre como essa família, assim como outras e outros personagens coloniais, estabelecem suas conexões a partir da documentação levantada e analisada até o momento.

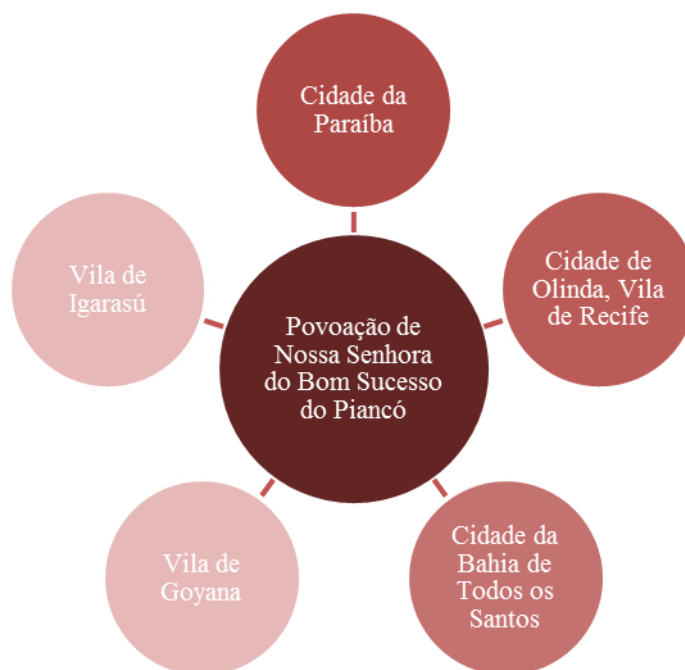
OS FLUXOS E AS REDES CLIENTELARES

Durante a análise das fontes, que em sua maioria são procurações, notamos, além das próprias redes entre colonos, redes entre a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó e outras regiões das Capitanias do Norte. Mas, mesmo sendo muito trabalhada pela historiografia como a principal família da região, não encontramos documentos que ligam os Oliveira Ledo, por meio de representação em procurações, a outras regiões além da própria Povoação na década de 1730.

O lugar com maior fluxo de destinação das procurações analisadas entre os anos de 1733 e 1735 é a Cidade da Paraíba. Lá, teremos nomes que se mostraram frequentes, denotando uma estreita relação econômica entre a Povoação do Piancó e a principal cidade da capitania, já que as procurações davam principalmente, entre outras permissões, poderes para o comércio em nome do mandante da procuração. Logo, havia pessoas de confiança dos colonos do Alto Sertão nas grandes cidades do norte, como a Cidade da Paraíba, a Cidade de

³ O Capitão-Mor era a principal autoridade militar da região, abaixo dele havia, respectivamente, o Sargento-mor, o Capitão, o Alferes, o Sargento e o Ajudante. Assim eram constituídas as Ordenanças, tropas de civis que não recebiam salário por seus cargos. Cf.: PEREIRA FILHO, Jorge da Cunha. Tropas militares luso-brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: <http://buratto.org/gens/gn_tropas.html>. Acesso em: 14/11/2014.

Olinda junto à Vila de Recife, a Cidade da Bahia de Todos os Santos, assim como a localidades com menos expressão, como a Vila de Igarasú, que demarcava a divisa entre a Capitania do Pernambuco e a Capitania de Itamaracá, assim como também a sede desta, a Vila de Goyana, como se pode notar no fluxograma abaixo:



Fluxograma 1: Fluxos entre a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó a partir das procações da década de 1730. Maior fluxo: Cidade da Paraíba; Menor fluxo: Vila de Goyana e Vila de Igarasú. Fonte: Livro de Notas de 1730.

A partir desses fluxos entre diferentes localidades, ou o fluxo dentro da própria povoação, podemos estabelecer as conexões existentes entre os colonos, e, assim, também compreender como se dava a ascensão social nessa região através dessa troca de favores, os quais são apresentados nas procações principalmente no âmbito comercial. Essas trocas de favores eram o que cimentavam as redes de privilégios entre os agentes envolvidos, já que era essa troca que os fazia aumentar sua poupança social⁴.

⁴ Este termo é utilizado por João Fragoso para explicar as redes de favorecimento existentes no Rio de Janeiro Seiscentista. Essa poupança social era um sistema que hoje chamamos de “troca de favores” que permitiam o crescimento (de status e econômico) colonial dos indivíduos envolvidos. Cf.: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo Regime nos Trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cf.: FRAGOSO, João. A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, pp. 45-122.

Alguns nomes se destacam nas documentações como o de João de Miranda, um dos capitães-mores do Julgado do Piancó⁵, José Gomes de Sá, que também foi capitão-mor, Manoel Martins Viana, Licenciado que na década de 1760 se tornou juiz ordinário, Juízes ordinários como o Coronel Marcos Fernandes da Costa e o Sargento-Mor Geraldo Correia de Lima. Estas personagens se entrelaçam constantemente em redes comerciais e, por não raras vezes, redes parentais, como revelam alguns sobrenomes, além das redes administrativas, quando as autoridades da região, como juízes e capitães-mores, por exemplo, mantinham estreitas relações entre si.

Os fluxogramas abaixo representam algumas das redes encontradas na década de 1730, que envolvem os nomes citados acima.



Fluxograma 2: Redes clientelares no ano de 1735. Fonte: Livro de Notas de 1730.

⁵ Julgado: uma povoação se torna julgado quando um poder jurídico passa a atuar, no caso do período colonial, um juiz ordinário ou um juiz de fora, e, assim, essa região passa a ter delimitada e a ter justiça própria, mesmo que ainda não seja uma vila com pelourinho (SARMENTO, 2007). O Julgado do Piancó foi estabelecido em 1711, e abrangia desde os Cariris-velhos, na Paraíba, à Vila de Icó, Ribeira do Jaguaribe, Ceará. Ao norte se estendia até onde hoje é Caicó, Rio Grande do Norte, até Vale do Jucurutu, Pernambuco (SEIXAS, 2004).



Fluxograma 3: Redes clientelares no ano de 1733. Fonte: Livro de Notas de 1730.

No fluxograma 2, podemos perceber que as relações comerciais se davam entre diferentes autoridades da época: a autoridade jurídica, representada no Juiz Ordinário Coronel Marcos Fernandes da Costa; na autoridade militar, com o Capitão Francisco da Silva e o Alferes Amaro Martins de Maia; e na autoridade religiosa, com o Licenciado Padre João Loureiro de Viegas⁶. Este último é procurador do Juiz e dos dois militares na Cidade da Paraíba (hoje João Pessoa), ao tempo que o Juiz foi testemunha de ambos os militares quando estes foram dar direitos de procuração para o dito Padre. Já Luiz Gispada de Luna, além de ser procurador do Alferes Amaro Martins de Maia, é testemunhado em uma de suas aparições por Manoel Martins Viana, muito influente dois anos antes, em 1733, como é mostrado no fluxograma 3.

Manoel Martins Viana tornou-se um dos focos de nossa pesquisa, uma vez que, no ano de 1733 ele está envolvido em uma rede de favorecimento que conta com as mais altas autoridades militares da região, além do fato de algumas destas autoridades serem os próprios conquistadores dos sertões da Paraíba, como os Oliveira Ledo. Outro conquistador de grande

⁶ O Padre Viegas também aparece como procurador de diversos colonos no ano de 1735.

prestígio local que tem ligações com Manoel Martins Viana é João de Miranda⁷, que em 1725 se torna Capitão-mor devido sua indicação ter sido feita pelo Governador da Capitania, João de Abreu Castelo Branco. Ao contrário do que afirma Wilson Seixas (2004), cremos que ao ser dividida a jurisdição em duas em 1725 pelo Governador, o outro Capitão-mor foi, de fato, Francisco de Oliveira Ledo, filho de Teodósio de Oliveira Ledo, que ocupou o cargo em torno de 30 anos. Sendo assim, Manoel Martins Viana tem privilégios junto a estes conquistadores, que ora são suas testemunhas ora são procuradores ou mandantes em suas procurações. Portanto, Manoel Martins Viana consegue criar uma “poupança social” que o permite galgar até o cargo de juiz ordinário da década de 1760.

Estas procurações não eram documentos simples, mas representavam justamente a lógica das relações sociais permeadas pelo jogo de interesses: conceder favores aos mais amigos, e assim entrar em uma constante troca de benefícios. Uma procuração bastante permitia ao procurador, em nome do mandante, ter poder geral e especial para cobrar, receber, arrematar e arrecadar bens móveis, réis, escravos, mercadorias, sentenças de testamentos, inventários, partilhas de bens, cartas de crédito, assim como pagar e quitar dívidas de qualquer espécie. Permitia também os procuradores responderem na justiça, seja secular ou eclesiástica, “[...] mandar sitar e demandar e levar a juízo perante coais quer justiça e julgadores dos tais cazos [...]”⁸, assim como realizar doações às instituições religiosas em nome do mandante.

Alguns problemas aparecem ao analisarmos estes documentos e confrontarmos-os à historiografia tradicional local. Como dito acima, Wilson Seixas (2004) diz ser um erro historiográfico considerar Francisco de Oliveira Ledo um dos Capitães-mores da região, mas em nossos levantamentos ele aparece diversas vezes com este título na documentação. Outro ponto que confrontamos é o fato de Wilson Seixas colocar Manoel Martins Viana como um Capitão-mor na década de 1720, junto com Francisco de Oliveira Ledo, o qual já havia sido negado pelo autor como ocupante de tal cargo (2004, p.209). E, ainda neste período, aparece outro Capitão-mor: José Gomes de Sá, o qual estamos tentando delimitar sua jurisdição através das documentações das décadas seguintes à de 1730.

⁷ João de Miranda é um influente colono, já que além de suas relações dentro da própria Povoação, ele tem estreita relação com os Dias D’Ávila da Casa da Torre da Bahia (procurador de Francisco Dias D’Ávila em uma venda de terras na Povoação em 1742), e também com pessoas de Lisboa e com a Irmandade dos Cantos Almas em Santiago de Romarigão, Portugal.

⁸ Procuração bastante que faz o Capitão-mor João de Miranda em 2 de outubro de 1733. Fonte: Livro de Notas de 1730, digitalizado, IMG_0909 a IMG_0914.

Deste modo, procuramos em nossa pesquisa analisar as redes de privilégios do sertão da Capitania da Paraíba no século XVIII, buscando compreender os mecanismos sociais que regularam essa espacialidade e são próprios do período e da região, na qual diferentes autoridades estão envolvidas em extensas trocas de favores, formando assim, bandos, ou grupos com interesses comuns. Trocas de favores estas que permitiam a criação de uma poupança social que permitisse alcançar os interesses voltados ao crescimento pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UMA PESQUISA INICIAL

A existência do Governo Real e de um conjunto de ações centralizadoras não necessariamente quer dizer que o Rei estava a par de todas as formas de relação existentes entre seus súditos. No Arraial das Piranhas e Piancó, as autonomias se mostram fortes, uma vez que o próprio juiz ordinário e os capitães-mores, que são as autoridades máximas jurídica e militar, estão envolvidos com os outros habitantes da região, das Capitânicas vizinhas e até mesmo com o Governo Geral e com pessoas da Metrópole em tramas comerciais que visam o enriquecimento e a ascensão social (como é o caso de João de Miranda).

As autonomias, contudo, não reduzem por completo o poder régio. Embora se tivesse uma lógica própria de funcionamento, os colonos se sentiam fiéis ao Rei, e o fato de estarem adentrando os sertões e combatendo os indígenas era uma forma de troca de favores com o Soberano, que por seu lado, permitia que se mantivessem tais lógicas, pois era assim que o Império se mantinha em funcionamento. Russel-Wood afirma que os quadros econômicos, sociais e mentais dos colonos eram estreitamente ligados a Portugal, sendo assim, impossível considerar que estas personagens coloniais não pensassem sequer na sua relação com o Rei e não agissem de forma a colaborar com o Império. Laura de Mello e Souza (2006) corrobora com essa posição de Russel-Wood (1998) e nos chama a atenção para o cuidado de se desconsiderar demais o poder régio e acreditar na completa autonomia dos súditos, o que pode gerar erros interpretativos sobre a relação Portugal-Brasil.

Assim, o Arraial de Piranhas, embora inserido em um contexto de conquista do interior e consolidação colonial através da centralização do poder régio, é permeado pelas redes clientelares, que se baseavam na autonomia de seus habitantes para agirem da forma que lhes dessem maior prestígio, mas que engrandecessem também o Império Ultramarino Português, uma vez que o Rei, mesmo que em última instância, estava acima de tudo. Afinal, o Rei era o Sol.

FONTES

Livro de Notas de 1730. Localização: Cartório Coronel João Queiroga, Pombal/Paraíba. Digitalizado pelo projeto “Procurações, Libelos e Escrivães: fontes manuscritas setecentistas do sertão paraibano”, logo serão disponibilizadas em sítio eletrônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Renata Assunção. **Uma nova conquista: a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do Sertão do Piancó (1663-1730)**. [monografia]. UFRN, 2010, 72p.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do Século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista brasileira de História**. vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.
- SARMENTO, *Christiane Finizola*. **POVOAÇÕES, FREGUESIAS E VILAS NA PARAÍBA COLONIAL: POMBAL E SOUSA, 1697-1800**. [Dissertação]. Programa de Pós-Graduação da UFRN, 2007. 163p.
- SEIXAS, Wilson. **O velho Arraial de Piranhas (Pombal)**. 2.ed. João Pessoa: Grafset, 2004.
- WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.